

Nota Informativa

Edição 102/2023

DESTAQUES

Associações defendem regulação das redes sociais e medidas para aprimorar PL das Fake News

ANPD se candidata a ser entidade fiscalizadora da lei de IA

Regulação de inteligência artificial requer mais ação e menos ficção, de acordo com parlamentares

Senador cobra segurança jurídica para startups, em debate na CCT

MCom abre consulta pública sobre prioridades para recursos do Funttel

Simplificação de obrigações tributárias para empresas vai a sanção

Relatores do projeto do Carf e do arcabouço fiscal já reconhecem que votações devem ficar para agosto

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil e Suíça buscam aprofundar cooperação científica

5G completa um ano de implantação no Brasil

Com 12,5 mil estações licenciadas, 5G avança no Brasil, mas desafios ainda precisam ser superados

MCTI participa da Convenção de Meio Ambiente e Desenvolvimento do G77 em Cuba

Ministra defende transferência de tecnologia para países em desenvolvimento durante reunião do G20 na Índia

Ministra defende transferência de tecnologia no combate à desigualdade

Juscelino Filho atende parlamentares na Câmara dos Deputados

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma não é a que governo queria, mas será aprovada, diz Lula

Senado prevê diversas mudanças em reforma tributária

Reforma tributária é “desrespeitosa” com os Estados, diz Caiado

Estudo do Ipea aponta que reforma tributária permite ganho acumulado de 2,39% do PIB em cinco anos

Lira: "Não podemos cravar o resultado da votação da reforma, mas expectativas são boas"

Conselho Federativo terá critérios de população e número de estados

Reforma tributária: manifesto da indústria puxado pela Fiesp pede aprovação rápida da proposta

Governador de São Paulo manifesta apoio a 95% da reforma tributária

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Banco Central realiza pesquisa sobre nível de transparência da instituição

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo trabalha para concluir arcabouço para emissão de títulos verdes

Investe Mais Brasil vai facilitar atração e manutenção de investimentos estrangeiros no país

POLÍTICA

Câmara permite que deputados marquem presença à distância nesta quinta e sexta-feira

Relator do arcabouço fiscal defende que Câmara descarte alterações do Senado

DESTAQUES

Associações defendem regulação das redes sociais e medidas para aprimorar PL das Fake News

Mercado | 05/07/2023 – 23h

Mais de 40 associações científicas nas áreas de comunicação e informação vão lançar, na quinta (6), um documento em que defendem a regulação das redes sociais no Brasil e apontam medidas para aprimorar o projeto de lei 2630/2020, o chamado PL das Fake News. Os idealizadores da iniciativa afirmam que criar mecanismos de regulação das mídias digitais não tem nada a ver com censura. "Regulamentar é fundamental para a gente ter um ambiente democrático. Hoje, o risco que corremos é o da censura privada, porque são as próprias empresas que definem o que fica no ar e o que deve ser retirado", diz

Helena Martins, professora da Universidade Federal do Ceará, e uma das organizadoras da proposta. Como exemplo, ela cita o fato de que o Twitter se recusou a retirar da rede social conteúdo que faz apologia da violência nas escolas sob o argumento de que o seu termo de uso permite a divulgação do material. O documento defende que o PL das Fake News, que é apoiado pelo governo Lula, é um passo importante, mas aponta ações que podem, na visão do grupo, melhorar o projeto. Uma delas é garantir que medidas de educação midiática sejam adotadas nas escolas a fim de que as pessoas possam discernir o que é ou não notícia falsa. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD se candidata a ser entidade fiscalizadora da lei de IA

Poder Executivo | 06/07/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) se dispôs a ser a entidade responsável por fiscalizar e aplicar a futura lei de Inteligência Artificial (IA) do País. O interesse em assumir a atribuição foi manifestado pelo presidente da autarquia, Waldemar Gonçalves, na quinta-feira, 6, em webinar que contou com a participação do senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do Projeto de Lei (PL) 2338/2023, que trata sobre o uso da tecnologia. “Cremos que isso vai ser bastante discutido e queremos deixar a ANPD habilitada, se for a escolha do Congresso, para ser a autoridade responsável por inteligência artificial. Que estejamos capacitados e prontos para assumir esse relevante papel no cenário nacional”, afirmou Gonçalves, na abertura do evento online. O presidente da ANPD destacou que o PL de IA, apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no início de maio, “se aproxima de regras e mecanismos regulatórios já previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)”, o que traz “maior harmonia” para o regime de proteção à privacidade. “Desse modo, tanto a experiência comparada quanto a nacional apontam a relevância da autoridade nacional de proteção de dados como uma autoridade para regulação de inteligência artificial”, reforçou. Gonçalves destacou que a proposta que visa a regulamentar o uso de IA tem sobreposições em relação à LGPD, como as relativas ao direito de assegurar informações claras e adequadas às pessoas por sistemas de IA e ao direito de contestação, na forma de solicitação de revisão e explicação sobre decisões automatizadas. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Regulação de inteligência artificial requer mais ação e menos ficção, de acordo com parlamentares

Poder Legislativo | 06/07/2023

O projeto de lei que trata do marco regulatório da inteligência artificial começa a tramitar para valer a partir de agosto com a instalação de uma comissão especial no Senado Federal para avaliar o texto. Criado por uma comissão de juristas e subscrito pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto ganhou corpo legislativo no PL 2338/23. “Se antes não havia dúvidas em deixar o ambiente aberto, propositivo, para não inibir inovação, criatividade, percebeu-se rapidamente que é preciso ter garantias como previstas nesta proposta de lei. É impossível ao Brasil recuar da discussão definitiva sobre determinados parâmetros que venham colocar segurança para o cidadão e regras mínimas e eficientes”, acou o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator do projeto. Ao abrir na quinta o webinar Interfaces entre a regulação de IA e a proteção de dados pessoais, promovido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Gomes disse que a comissão especial começa após o recesso parlamentar de julho. “Queremos promover uma legislação simples, eficiente. Mas a experiência de Congresso Nacional mostra que o mais difícil é encontrar o simples”, disse. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Senador cobra segurança jurídica para startups, em debate na CCT

Poder Legislativo | 06/07/2023 – 13h46min

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debateu na quarta-feira (5) o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente. O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), que pediu a audiência, defendeu mais segurança jurídica para os empreendedores e o investimento em empresas locais para a geração de emprego. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCom abre consulta pública sobre prioridades para recursos do Funttel

Poder Executivo | 05/07/2023 – 15h08min

O Ministério das Comunicações (MCom), por meio do Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), abriu uma consulta pública para colher subsídios que auxiliem a definição de prioridades de políticas públicas na alocação de recursos do fundo. A consulta ficará disponível para o recebimento de contribuições pelo prazo de 60 dias (até 4 de setembro) na plataforma Participa+ Brasil. O processo tem como objetivo definir as prioridades da política pública de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicadas ao setor de telecomunicações. A proposta apresentada pelo governo possui três temas e 13 subtemas como referências para contribuições. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Simplificação de obrigações tributárias para empresas vai a sanção

Poder Legislativo | 05/07/2023 – 20h41min

O Senado aprovou na quarta-feira (5), por unanimidade, o projeto de lei complementar que simplifica alguns pontos do Sistema Tributário Nacional (PLP 178/2021). O texto facilita o cumprimento de obrigações tributárias pelo contribuinte, como o preenchimento de declarações e a prestação de outras informações. Como não sofreu alterações de mérito, o projeto segue para sanção. — É uma matéria que, apesar de ser técnica do ponto de vista contábil, impacta a vida real das pessoas e principalmente do empreendedor. Essa simplificação digital tributária é uma das propostas mais arrojadas de combate à burocratização. Atualmente são mais de 1,5 mil horas delicadas pelo empreendedor pra cumprir obrigações tributárias acessórias e é isso que esse projeto ataca. Vai facilitar a vida de quem empreende, vai ajudar a reduzir o custo Brasil e se se espera, inclusive, que possa reduzir, beneficiando o cidadão beneficiando o consumidor — disse, em Plenário, o senador Efraim Filho (União-PB), que apresentou o projeto na época em que era deputado. As obrigações acessórias, tema do projeto, são instrumentos auxiliares exigidos pelas autoridades, para coletar das diferentes empresas dados referentes às suas operações, usados para apurar impostos, tributos, encargos e contribuições que constituem a obrigação principal. A intenção do projeto é padronizar legislações e sistemas de tributação. Um dos objetivos é reduzir custos para as administrações das unidades federadas e para os contribuintes. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatores do projeto do Carf e do arcabouço fiscal já reconhecem que votações devem ficar para agosto

Poder Legislativo | 06/07/2023 – 14h52min

Apesar de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não ter jogado a toalha sobre apreciar o projeto do Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (Carf) e a proposta do novo arcabouço fiscal antes do recesso parlamentar, os relatores Beto Pereira (PSDB-MS) e Claudio Cajado (PP-BA) já sinalizam nos bastidores que a apreciação dos textos deve ficar apenas para agosto. Segundo apurou o Valor, os relatores alegam que as atenções estão todas voltadas à reforma tributária e que o prazo ficaria muito apertado para negociar eventuais ajustes e apresentar um novo relatório ainda nesta semana. Como não haverá sessões da Câmara na próxima semana, Pereira e Cajado admitem a interlocutores que os temas relatados por eles serão enfrentados apenas após os deputados retornarem do recesso. Lira evitou afirmar que as propostas ficarão apenas para agosto, mas destacou que os textos serão apreciados apenas após a conclusão da análise da reforma tributária em dois turnos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil e Suíça buscam aprofundar cooperação científica

Poder Executivo | 06/07/2023 – 13h56min

O ministro interino da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Fernandes, recebeu, na quarta-feira (5), Martina Hirayama, secretária para Educação, Pesquisa e Inovação da Suíça, o país mais inovador do mundo, segundo o Global Innovation Index (GII). A secretária integrou uma delegação científica de alto nível para trocar experiências e aprofundar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Brasil, o parceiro mais importante na América Latina nas áreas de pesquisa e inovação. Ao abrir a reunião, o ministro interino destacou a relevância da parceria com os suíços e apresentou os eixos estruturantes do MCTI. “Em cada um deles, há amplo alcance de parceria que estamos muito interessados em explorar. Temos muito a aprender com vocês e queremos aprofundar essa cooperação”, afirmou. Os quatro eixos envolvem a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; programas e projetos estratégicos nacionais; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

5G completa um ano de implantação no Brasil

Poder Executivo | 06/07/2023 – 12h42min

O 5G standalone, que é o 5G em sua maior potencialidade, completa um ano de sua ativação nesse dia 6 de julho de 2023 e já é uma realidade na vida de grande parte dos brasileiros. A quinta geração do serviço móvel já está em operação em 184 municípios, que incluem todas as capitais. De acordo com o Edital do 5G, as prestadoras de telefonia móvel vencedoras dos lotes de 3,5 GHz em âmbito nacional deveriam ativar, até o segundo semestre do ano passado 1.896 estações apenas em capitais. O número de estações licenciadas em capitais, entretanto, já é mais de cinco vezes maior, chegando a 9.481 estações, o que representa densidade de 6,25 estações para cada 100 mil habitantes, frente à meta de 1,25 exigida pelo Edital. A quantidade de estações atualmente licenciadas já ultrapassa os compromissos de adensamento definidos para julho de 2024. A ativação de estações 5G acima das metas do Edital se reflete na melhoria da cobertura. As figuras abaixo mostram a mancha de cobertura do 5G nas cidades de Brasília/DF, São Paulo/SP e Salvador/BA. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)

Com 12,5 mil estações licenciadas, 5G avança no Brasil, mas desafios ainda precisam ser superados

Poder Executivo | 06/07/2023 – 10h30min

Avançando a passos largos, o 5G já está presente em todos os estados brasileiros com mais de 12,5 mil estações instaladas. A liberação da Faixa 3,5 GHz já ocorreu em 1.610 municípios, abrangendo em cobertura mais de 141 milhões de brasileiros. No entanto, segundo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, "o Ministério não tem medido esforços para antecipar as entregas e trazer os benefícios dessa tecnologia ainda mais cedo para toda a sociedade brasileira." É o que constata o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Artur Coimbra, para quem "a implementação da quinta geração de redes móveis está bastante adiantada, antecipando-se em muitos casos o cronograma estabelecido pelo Leilão." A rapidez na implementação da nova tecnologia é fruto do trabalho conjunto entre o Ministério das Comunicação (MCom), a Anatel e as operadoras de telecomunicações que participaram do Leilão do 5G. Mesmo com os avanços, a implementação do 5G enfrenta desafios. Para ampliar a oferta da tecnologia, faz-se necessária a instalação de um maior número de antenas. Por isso, apesar de amparadas pela legislação federal, é importante atualizar as regulamentações municipais para agilizar e facilitar a implantação da nova tecnologia, garantindo segurança jurídica e a prestação do serviço de qualidade para a população. As leis de referência são a Lei Geral de Antenas (Lei nº 13.116/2015), o Decreto 10.480/2020 e a Lei do Silêncio Positivo (Lei nº 14.424/2022), que autoriza a instalação de infraestrutura em caso de não manifestação do órgão competente no prazo de 60 dias. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI participa da Convenção de Meio Ambiente e Desenvolvimento do G77 em Cuba

Poder Executivo | 06/07/2023 – 10h19min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) participou na terça-feira (04), em Havana, Cuba, da Reunião de Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito da 14ª Convenção de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Grupo 77 + China Representando a ministra Luciana Santos, o secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Inácio Arruda, afirmou que Brasil fará investimentos em dez programas nacionais em áreas estratégicas, como saúde, transformação digital, transição energética, setor espacial, nuclear e defesa. "Também priorizamos a estruturação de um programa integrado de desenvolvimento da Amazônia, com foco na biotecnologia e na exploração sustentável da biodiversidade da região", disse o secretário. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra defende transferência de tecnologia para países em desenvolvimento durante reunião do G20 na Índia

Poder Executivo | 06/07/2023 – 09h32min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participou na quarta-feira (5), em Mumbai, na Índia, do Encontro dos Ministros de Pesquisa e Inovação do G20. O Brasil assumirá a presidência do G20, pela primeira vez, em 1º de dezembro de 2023. Em Mumbai, a ministra fez discurso contra a "exclusão tecnológica" e defendeu a transferência de tecnologia em condições favoráveis para os países em desenvolvimento. Segundo Luciana Santos, os países que compõem o G20 devem fazer uma "profunda reflexão se estão na direção e na velocidade corretas para atingir as metas da Agenda 2030 da ONU".

“Minha impressão é que ainda estamos longe de alcançar os nossos compromissos. É nesse sentido que, durante a presidência brasileira do G20, daremos foco à redução das desigualdades e das assimetrias, buscando discutir a questão da inovação aberta para o desenvolvimento justo e sustentável”, afirmou. Luciana Santos reiterou a importância do aprofundamento do debate sobre descarbonização da economia, transição energética, direito à saúde, desenvolvimento sustentável da Amazônia e combate às desigualdades. “Queremos contar com a colaboração ativa dos parceiros do G20 nesse processo de construção da nossa presidência”, ressaltou. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra defende transferência de tecnologia no combate à desigualdade

Poder Executivo | 05/07/2023 – 20h34min

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defendeu a transferência de tecnologia em condições favoráveis para os países em desenvolvimento. Diante de uma plateia de ministros de países do G20, em Mumbai, na Índia, ela reforçou o discurso pelo fim das desigualdades e o papel da ciência nesse processo. “Minha impressão é que ainda estamos longe de alcançar os nossos compromissos. É nesse sentido que, durante a presidência brasileira do G20, daremos foco à redução das desigualdades e das assimetrias, buscando discutir a questão da inovação aberta para o desenvolvimento justo e sustentável”, disse. O Brasil assumirá a presidência do G20, pela primeira vez, em 1º de dezembro de 2023. Segundo Luciana Santos, os países que compõem o G20 devem fazer uma “profunda reflexão se estão na direção e na velocidade corretas para atingir as metas da Agenda 2030 da ONU”. A seus correspondentes de outros países, a ministra também reforçou a importância do aprofundamento do debate sobre descarbonização da economia, transição energética, direito à saúde, desenvolvimento sustentável da Amazônia e combate às desigualdades. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Juscelino Filho atende parlamentares na Câmara dos Deputados

Poder Executivo | 05/07/2023 – 18h09min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, está na Liderança do Governo na Câmara dos Deputados atendendo parlamentares na quarta-feira (5/7). Cerca de 25 deputados federais de 9 partidos e 14 estados brasileiros agendaram encontros para apresentarem suas demandas ao ministro. “O diálogo com o Congresso Nacional é uma prioridade no Ministério das Comunicações e uma determinação do presidente Lula a todos os ministros e órgãos de governo. Como parlamentar, compreendo que estreitar essa relação é indispensável para que possamos trabalhar juntos e gerar benefícios à população brasileira”, aponta o ministro Juscelino Filho. Os principais assuntos trazidos ao ministro pelos parlamentares são: concessão e renovação de outorgas de serviços de radiodifusão e TV; conectividade do sinal 5G e acesso à internet para a população; aumento de potência e área de cobertura de rádios FM; consignação de canais digitais; Retransmissão de TV Digital e Rádio (RTV e RTR); e migração de rádios AM para FM. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma não é a que governo queria, mas será aprovada, diz Lula

Poder Executivo | 06/07/2023 – 14h50min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a proposta de reforma tributária que deve ser votada pela Câmara na 5ª feira (6.jul.2023) não será a que ele ou o ministro Fernando Haddad (Fazenda) gostariam, mas é fruto de um texto “negociado por todos”. “Não é o que cada um de vocês deseja, não é o que o Haddad deseja, não é o que eu desejo, mas tudo bem. Nós não somos senhores da razão”, disse Lula durante reunião do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial). Foi o 1º encontro do colegiado em 7 anos. Lula afirmou que, apesar de divergências ideológicas, é preciso respeitar as forças eleitas para o Congresso Nacional e que contribuíram para a elaboração do texto. O presidente destacou ainda que a aprovação da proposta marcará a 1ª vez em que uma reforma tributária é realizada no Brasil sob um regime democrático. Segundo Lula, as mudanças anteriores só eram possíveis pela pressão exercida na ditadura. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado prevê diversas mudanças em reforma tributária

Poder legislativo | 06/07/2023 – 13h35min

Apesar de ainda não ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, a reforma tributária já chama a atenção dos senadores. No Senado, a expectativa é de diversas alterações no texto e um longo processo até que se chegue a um consenso sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) no Congresso Nacional. O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou na 5ª feira (6.jul.2023) que eles aguardam uma definição do texto da Câmara. No entanto, disse que já “existem várias ideias” sobre a reforma. Emendas à Constituição não podem ter divergências entre a Câmara e o Senado. Ou seja, os congressistas precisam chegar a um acordo e aprovar exatamente o mesmo texto nas duas Casas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer terminar a votação da reforma tributária entre os deputados até 6ª feira (7.jul). O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) foi lido na 4ª feira (5.jul). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária é “desrespeitosa” com os Estados, diz Caiado

Poder Executivo | 06/07/2023 – 11h05min

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), classificou a reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados como um desrespeito ao pacto federativo. Ainda assim, segundo ele, a medida deve ser aprovada, uma vez que “não se pode menosprezar a estrutura toda que está sendo mobilizada” para que o texto passe pelo Congresso. “Eu cumpri uns 6 mandatos no Congresso Nacional e jamais vi tamanho desrespeito federativo. Nunca imaginei que o Congresso se propusesse a votar matéria tão desrespeitosa aos entes federados”, declarou Caiado em entrevista ao portal UOL publicada na 5ª feira (6.jul.2023). A declaração de Caiado vai na contramão da posição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que disse concordar com “95%” da reforma tributária. Ele deu a declaração na 4ª feira (5.jul), ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Tarcísio afirmou que o Governo de São Paulo é favorável ao projeto e que sugeriu apenas “questões pontuais”. Ele disse ser um “parceiro” no processo de aprovação da reforma. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estudo do Ipea aponta que reforma tributária permite ganho acumulado de 2,39% do PIB em cinco anos

Poder Executivo | 06/07/2023 – 10h33min

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, na quinta-feira (06/07), um estudo que simula os impactos econômicos, regionais e setoriais de propostas de reforma tributária sobre a estrutura produtiva da economia brasileira. A nota intitulada "Propostas de reforma tributária e seus impactos: uma avaliação comparativa", do pesquisador do Instituto João Maria de Oliveira, traz um levantamento com 68 setores de atividade econômica, para as 27 Unidades da Federação (UF), e compara com 10 países/regiões com os quais o Brasil tem relação comercial. É o primeiro estudo que já traz os impactos da proposta em votação na Câmara dos Deputados; De acordo com o estudo, o substitutivo à PEC 45/2019, permite um crescimento acumulado e adicional de 2,39% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), até 2032, em relação ao cenário sem nenhuma reforma. As simulações revelam que as mudanças na estrutura tributária geram crescimento econômico. "As propostas de reforma promovem mudança estrutural em favor de setores com cadeia produtiva mais longa, com maior efeito multiplicador e, conseqüentemente, com maior produtividade. Assim, além de promover crescimento econômico, a reforma alinha a economia brasileira para crescer ainda mais", ressalta João Maria. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira: "Não podemos cravar o resultado da votação da reforma, mas expectativas são boas"

Poder Legislativo | 06/07/2023 – 10h32min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que as negociações para construção de um texto de consenso sobre a reforma tributária (PEC 45/19) continuam ao longo do dia e ressaltou que as expectativas para a aprovação da reforma são boas. Lira deu a declaração na manhã de quinta-feira (6) em entrevista à BandNews TV. Segundo o presidente, o diálogo permanece aberto com todos os setores envolvidos, governadores, prefeitos e confederações. Ele mantém a expectativa de começar a votar a proposta a partir das 18 horas de quinta-feira. "É a primeira reforma [tributária] após a redemocratização, não é uma pauta do Executivo, Legislativo ou Judiciário, é uma pauta do País", destacou. De acordo com Lira, ao longo do dia, o texto ainda poderá sofrer alterações para alcançar a maioria esperada. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, são necessários, no mínimo, 308 votos favoráveis em dois turnos de votação.

Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Federativo terá critérios de população e número de estados

Poder Executivo | 05/07/2023 – 22h38min

Um dos principais impasses recentes para a votação da reforma tributária, a representatividade dos estados e dos municípios dentro do Conselho Federativo está mais perto de ser resolvida. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sugeriu que as votações no futuro órgão, que decidirá sobre políticas fiscais e tributárias, obedecerá a dois critérios simultâneos: o número de estados e o peso da população dos estados. Em relação aos municípios, o ministro explicou que eles serão representados no conselho com base no tamanho da população. Nos últimos dias, os governadores do Sul e do Sudeste reivindicaram mudanças no Conselho Federativo. Isso porque essas regiões, pelo critério de número de estados, perderiam as votações, apesar de terem a maior parte da população do país, enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste ganhariam porque concentram 20 das 27 unidades da Federação. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma tributária: manifesto da indústria puxado pela Fiesp pede aprovação rápida da proposta

Mercado | 05/07/2023 – 20h20min

Mais de 130 entidades e sindicatos do setor produtivo assinaram um manifesto que será publicado na quinta-feira, 6, nos principais jornais do País, em apoio à aprovação rápida da reforma tributária. Intitulado Reforma Tributária Já!, o documento sustenta que o País tem pressa para atrair mais investimentos, competitividade e empregos, objetivos que exigem uma reforma tributária “abrangente, homogênea e moderna”. Puxado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o movimento tem entre seus signatários associações que representam os mais diversos setores industriais — entre eles, as indústrias de automóveis, bens de capital, aparelhos eletroeletrônicos, aço e plástico. São responsáveis pela maior parte da arrecadação de impostos no País. Entre os signatários estão a Associação Brasileira da Indústria de Autopeças (Abipeças), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o Instituto Aço Brasil, o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e o Sindicato Nacional da Indústria do Aço. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governador de São Paulo manifesta apoio a 95% da reforma tributária

Poder Executivo | 05/07/2023 – 18h31min

Um dos principais nomes de resistência à reforma tributária nos últimos dias, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, reduziu a oposição à proposta e se disse concordar com “95% do que está sendo discutido”. O governador deu a declaração após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quarta-feira (5). O governador do Amazonas, Wilson Lima, também participou do encontro. Na saída, Freitas disse que ainda tem divergências em “questões pontuais” com o governo federal e afirmou ser um “parceiro” na aprovação da reforma. “A espinha dorsal da proposta – tributação de base ampla, o IVA [Imposto sobre Valor Adicionado] dual, a arrecadação no destino, a transição federativa – tem a concordância. Sempre teve a concordância de São Paulo. O que a gente sempre ponderou foram questões pontuais. A gente concorda com 95% da reforma”, declarou o governador acompanhado de Haddad. Freitas relatou que pediu ao ministro mais representatividade para os estados no futuro Conselho Federativo, órgão que decidirá as políticas fiscais e tributárias. “Se eu tenho uma governança mais frouxa [no Conselho Federativo], eu preciso de uma arrecadação mais na mão do estado. A partir do momento em que eu meloro a governança do Conselho Federativo, eu posso ter algo mais ‘algoritimizável’”, declarou. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Banco Central realiza pesquisa sobre nível de transparência da instituição

Poder Executivo | 06/07/2023

Está disponível, até o dia 28 de julho, o questionário da pesquisa de transparência do Banco Central. [Clique aqui](#) para ter acesso ao formulário de pesquisa. Para responder a todas as questões, você leva somente um minuto. Por questões metodológicas, os respondentes não são identificados, sendo garantido o anonimato. A pesquisa avalia o nível de transparência do Banco Central, referente às suas diversas áreas de atuação: política monetária, estabilidade financeira, política cambial, educação financeira, prestação de

contas, entre outras. "A colaboração dos participantes da pesquisa possibilita o aprimoramento da disponibilização de informações e dos serviços prestados pelo Banco Central. Com a pesquisa, o BC busca aprimorar seu relacionamento com a sociedade", explica Hélio Celidônio, Ouvidor do Banco Central. Além disso, a pesquisa também busca identificar o interesse do público pelos dados gerados pelo BC, para que esses dados possam integrar o Portal de Dados Abertos do BC. O formato aberto possibilita a leitura das informações, por meio de máquinas e sistemas automatizados, promovendo mais transparência e acessibilidade. Fonte: ASCOM BCB

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo trabalha para concluir arcabouço para emissão de títulos verdes

Poder Executivo | 05/07/2023 – 21h12min

O Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado do governo responsável pela elaboração do arcabouço para emissões de títulos públicos verdes, voltará a se reunir na quinta-feira (6) no Ministério da Fazenda. A expectativa é que a reunião sirva para consolidar a proposta de arcabouço e aprová-la. O documento apresentará aos investidores os compromissos do Brasil na agenda ambiental, social, de governança e de finanças, além de trazer as diretrizes e os critérios que a União adotará para lançar os papéis no mercado. O Tesouro Nacional está finalizando a versão final do texto, após a consolidação das sugestões recebidas pelos ministérios à minuta apresentada ainda em maio às pastas. A versão final do arcabouço precisa ser aprovada pelo comitê, que, além da Fazenda, reúne diversos ministérios. O arcabouço é uma etapa prévia à emissão dos títulos sustentáveis no mercado. Haverá antes, também, um road show com investidores. O governo trabalha para lançar os títulos sustentáveis no mercado externo a partir de setembro, podendo ficar para outubro ou novembro, a depender da janela de mercado. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Investe Mais Brasil vai facilitar atração e manutenção de investimentos estrangeiros no país

Poder Executivo | 05/07/2023 – 17h07min

Foi aprovado na quarta-feira (5/7) o Programa Investe Mais Brasil para os próximos dois anos. A aprovação aconteceu no âmbito do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e formado por representantes de diversos órgãos do governo, cujo compromisso é melhorar o ambiente de investimentos, impulsionar o crescimento do Brasil e fortalecer as relações internacionais. De acordo com Marcela Carvalho, secretária-executiva da Camex, que coordenou a reunião, a função Investe mais Brasil é pavimentar e tornar mais bem-sinalizados os caminhos que facilitam a atração de investimentos estrangeiros. "Vamos tratar das mais diversas questões que impactam a atração de investimentos. O plano de trabalho organiza as atividades que serão realizadas para tornar esse caminho mais ágil, seguro e rápido em benefício do crescimento e da manutenção do emprego e da renda e do bem-estar da nossa população", declarou.

Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Câmara permite que deputados marquem presença à distância nesta quinta e sexta-

feiraPoder Legislativo | **06/07/2023 – 14h06min**

Publicado no "Diário Oficial da Câmara" na quinta-feira (6), um ato da Mesa Diretora da Casa libera que deputados possam marcar presença remotamente para as sessões desta quinta-feira (6) e de amanhã. Com a decisão, a direção da Casa permite "o registro de presença e a votação das matérias constantes da ordem do dia das sessões ou da pauta das reuniões pelo aplicativo Infoleg". Na justificativa, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), alega que a decisão ocorre para otimizar os trabalhos da Casa. O alagoano espera garantir que quase todos os parlamentares participem da apreciação da reforma tributária. A votação deve começar às 18h da quinta (06). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator do arcabouço fiscal defende que Câmara descarte alterações do SenadoPoder Legislativo | **06/07/2023 – 10h22min**

Relator do projeto do novo arcabouço fiscal, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) defenderá que as alterações feitas pelos senadores no texto sejam descartadas na nova análise que será feita pelos deputados. O parlamentar baiano, porém, sinalizou que não será intransigente caso o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários decidam manter mudanças estabelecidas durante a votação no Senado. "Vou defender meu ponto de vista que é manter o meu substitutivo aprovado pela Câmara, porém, não farei cavalo de batalha de ser intransigente se o colégio de líderes e o presidente Arthur desejarem manter quaisquer dos pontos alterados pelo Senado, ainda que não tenha sequer uma única justificativa técnica para certas alterações", disse Cajado ao Valor, acrescentando não ver problemas com "ajustes redacionais". A declaração ocorre em meio às articulações de parlamentares ligados à educação e ao Distrito Federal para que os deputados mantenham as alterações feitas pelo Senado. Assim, excluiriam do arcabouço os gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com o Fundo Constitucional do Distrito Federal e as despesas com ciência e tecnologia. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br